



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Concurso Público para provimento de cargo de Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

Verifique se este caderno:

- corresponde a sua opção de cargo.
- contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**Direito Constitucional**

1. O Poder Constituinte Reformador, no Brasil,
- (A) é fundamento de validade para que os Estados-Membros da Federação promulguem Constituições próprias com a aprovação das respectivas Assembleias Legislativas.
 - (B) permite que a Constituição Federal seja emendada, por meio de revisão constitucional, desde que haja o voto favorável de três quintos de Deputados e Senadores, em sessão unicameral.
 - (C) está materialmente limitado à forma federativa de Estado, à separação de poderes, à forma republicana, ao sistema presidencialista, bem como aos direitos e garantias fundamentais segundo disposição expressa do texto constitucional.
 - (D) pode se manifestar por meio de emendas à Constituição, cujo projeto pode ser proposto por mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
 - (E) é caracterizado como derivado, limitado, circunstanciado e inicial.
2. De acordo com a jurisprudência do STF, se houver dispositivos constitucionais com conteúdo incompatível dentro do texto constitucional,
- (A) deve-se buscar uma interpretação conciliatória entre os dispositivos, pois não é possível considerar a existência de normas inconstitucionais no texto da Constituição.
 - (B) será descartada a norma que afronta as cláusulas pétreas com mais intensidade, pois estas exercem um papel de meta-controle da ordem constitucional.
 - (C) aplica-se o princípio da ponderação, como técnica de hermenêutica constitucional, para que, por meio do sopesamento dos princípios constitucionais, elimine-se a norma incompatível com o sistema.
 - (D) deve-se buscar uma norma hierarquicamente superior à Constituição, presente em Tratados Internacionais, a qual aponte uma referência valorativa que solucione o conflito normativo nacional.
 - (E) os dois dispositivos constitucionais que entram em contradição devem ser eliminados do sistema, por meio da interpretação do STF, a fim de se garantir o princípio da unidade da Constituição e o da máxima eficiência.
3. A relação que se estabelece entre a ação direta de inconstitucionalidade por omissão e a teoria da separação de poderes é a
- (A) possibilidade de o STF obrigar o órgão administrativo a adotar as medidas necessárias para sanar a omissão em 30 dias, por meio de sentença mandamental e aplicação de multa por dia de atraso.
 - (B) possibilidade de o STF proferir sentença com eficácia *erga omnes* e força de lei para concretizar direito constitucional que não é exercido por falta de norma regulamentadora, substituindo o legislador omissor até que este se pronuncie.
 - (C) possibilidade de o STF obrigar o órgão legislativo e administrativo a adotar as medidas necessárias para sanar a omissão em 30 dias por meio de sentença mandamental e aplicação de multa por dia de atraso.
 - (D) impossibilidade de o STF sanar a omissão por meio de imposições aos Poderes Legislativo ou Executivo.
 - (E) possibilidade de o STF declarar judicialmente a omissão do Poder Legislativo e do Executivo e garantir, por meio de sentença executória, com eficácia *erga omnes*, a via indenizatória para todos os cidadãos prejudicados pela omissão.

4. A interpretação conforme a Constituição é uma técnica que pode ser aplicada pelo
- (A) Poder Legislativo, para preservar a vigência da lei, quando é chamado pelo STF, em ação declaratória de constitucionalidade, a prestar informações sobre a vontade autêntica do legislador que embasou a fase de deliberação parlamentar do projeto de lei aprovado.
 - (B) Poder Legislativo, para justificar a derrubada de veto jurídico oposto pelo Presidente da República com base em declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto.
 - (C) Supremo Tribunal Federal, em controle de constitucionalidade, apenas para normas que possibilitem mais de uma interpretação, a fim de preservar a lei no ordenamento jurídico e adequá-la aos valores da ordem constitucional.
 - (D) Poder Judiciário, como uma técnica de hermenêutica constitucional, para que promova um aperfeiçoamento da lei e amolde a vontade do legislador aos ditames das regras e dos princípios constitucionais.
 - (E) Poder Executivo, para justificar a adequação dos pressupostos constitucionais da urgência e da relevância, quando questionada a constitucionalidade de medida provisória em ação direta de inconstitucionalidade.
5. Com fundamento em lei promulgada no Brasil em julho de 1972 e não expressamente revogada:
- I. Maria ajuíza ação ordinária em fevereiro de 2010, em relação a fato jurídico ocorrido em 2009, para discutir se houve recepção da referida lei.
 - II. Pedro ajuíza ação ordinária em fevereiro de 2010, em relação a fato jurídico ocorrido em setembro de 1973, gerador de suposto direito ainda não prescrito, para discutir a constitucionalidade da referida lei em relação à Constituição Brasileira anterior à de 1988.
- Suponha que o Supremo Tribunal Federal, em maio de 2010, tenha julgado procedente uma arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) declarando a não compatibilidade da referida lei em relação à atual ordem constitucional antes de as ações de Maria e Pedro transitarem em julgado.
- Diante dos fatos apresentados,
- (A) o Poder Judiciário não poderá julgar o mérito da ação ajuizada por Pedro, haja vista que não pode se pronunciar sobre fato ocorrido sob a égide de Constituição que perdeu o vigor.
 - (B) a decisão sobre a incompatibilidade da referida lei não influenciará a ação proposta por Pedro, cujo mérito poderá ser julgado pelo Poder Judiciário, em respeito ao princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário em face de lesão ou ameaça a direito, contido na Constituição de 1988.
 - (C) nem a ação proposta por Maria e nem a ação proposta por Pedro sofrerão influência da decisão proferida em ADPF, a qual não é instrumento válido para a verificação da compatibilidade constitucional de normas pré-constitucionais.
 - (D) a decisão sobre a incompatibilidade da referida lei não influenciará a ação proposta por Maria, a qual deverá ser julgada pelo Judiciário com efeitos *inter partes*, já que foi proposta antes da decisão proferida em sede de ADPF e, portanto, Maria está assegurada pelo direito ao contraditório e à ampla defesa, previstos na Constituição de 1988.
 - (E) a decisão prolatada em sede de ADPF revoga a lei declarada inconstitucional com eficácia *erga omnes*, *ex tunc* e efeito vinculante, por isso incidirá tanto sobre a demanda de Maria quanto sobre a de Pedro.



6. Em fevereiro de 2010, o artigo 6º da Constituição Federal foi alterado para que, ao rol dos direitos fundamentais que prevê, fosse acrescentado o direito à alimentação. A eficácia desse direito é classificada como
- (A) plena.
 - (B) contida de princípio programático.
 - (C) limitada de princípio institutivo.
 - (D) contida de princípio institutivo.
 - (E) limitada de princípio programático.
7. A União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal no caso de desobediência à ordem ou decisão judicial desde que haja
- (A) representação do Procurador-Geral da República.
 - (B) solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido.
 - (C) requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.
 - (D) decreto de intervenção do Presidente da República e autorização do Congresso Nacional.
 - (E) decisão de mérito proferida pelo Supremo Tribunal Federal com base em relatório de apreciação de contas do Tribunal de Contas, caso o motivo da desobediência seja atraso no pagamento de precatórios.
8. Em relação às condições de elegibilidade, é correto afirmar que
- (A) para concorrerem a outros cargos, os Chefes do Poder Executivo e os parlamentares devem renunciar a seus respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
 - (B) cunhado de Prefeito, que não seja vereador, bem como candidato à reeleição, não poderá concorrer para eleições à vereança nesta mesma circunscrição municipal.
 - (C) a Constituição vigente permitiu aos analfabetos o direito ao voto e à elegibilidade.
 - (D) Vice-Presidente da República que tenha assumido o cargo de seu titular definitivamente no máximo seis meses antes do término do mandato poderá disputar a reeleição subsequente como Presidente, e, se eleito, poderá concorrer para o mesmo cargo na próxima eleição.
 - (E) além dos casos de inelegibilidade expressamente previstos na Constituição, lei ordinária poderá estabelecer outros para a proteção da probidade administrativa.
9. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
- (A) é órgão fiscalizador da atividade administrativa e financeira do Poder Judiciário e dos órgãos que desempenham funções essenciais à Justiça previstos na Constituição.
 - (B) não integra a estrutura do Poder Judiciário para que possa exercer, com isenção, a atividade de controle externo das atividades jurisdicionais.
 - (C) é composto por quinze membros, com mandato de quatro anos, não admitida a recondução, sendo o seu Presidente o mesmo do STF.
 - (D) é integrado por conselheiros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
 - (E) tem competência para apreciar a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.
10. Os membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas dos Estados
- (A) possuem estabilidade após três anos de efetivo exercício do cargo.
 - (B) estão administrativamente vinculados ao Ministério Público do Estado, embora exerçam funções junto ao Tribunal de Contas.
 - (C) atuam como procuradores do Tribunal de Contas, devendo defender os interesses deste órgão.
 - (D) podem exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastaram após três anos do afastamento por aposentadoria ou exoneração.
 - (E) não podem exercer outra função pública, exceto uma de magistério, a não ser que estejam em disponibilidade.
11. Suponha que determinado Estado-Membro da Federação brasileira altere o texto de sua Constituição Estadual para adotar o sistema distrital de eleições para vereadores de seus Municípios. A constitucionalidade desta alteração
- (A) poderá ser questionada por meio de controle de constitucionalidade concentrado perante o Supremo Tribunal Federal porque a escolha do sistema eleitoral deve constar nas respectivas Leis Orgânicas de cada Município e não imposto pela Constituição do respectivo Estado.
 - (B) poderá ser questionada por meio de controle concentrado perante o Tribunal de Justiça do Estado por afronta ao princípio da simetria, já que os Estados devem repetir as regras da Constituição Federal sobre sistema eleitoral.
 - (C) não poderá ser questionada, pois os Estados possuem autonomia legislativa, como corolário da estrutura do Federalismo.
 - (D) poderá ser questionada por meio de arguição de descumprimento de preceito fundamental ajuizada no Supremo Tribunal Federal ou no Tribunal de Justiça do Estado por afronta à cláusula pétrea que proíbe alteração do sistema eleitoral.
 - (E) é legitimada pela manifestação do Poder Constituinte Derivado Decorrente dos Estados, mas a alteração deverá também constar nas Leis Orgânicas dos Municípios que desejarem adotar este sistema eleitoral por respeito à autonomia municipal.
12. Uma determinada empresa privada emite ordem que proíbe os funcionários de utilizarem a *internet* para acesso a *e-mails* pessoais. Simultaneamente à ordem, instala um sistema computacional que gera relatórios diários apontando a lista de *sites* que cada um dos funcionários acessou, bem como permite que o conteúdo do *site* visitado seja devassado pelo controlador do sistema. Determinado funcionário, ao considerar que seu direito à intimidade está sendo violado, poderá buscar proteção judicial por meio de
- (A) mandado de segurança.
 - (B) *habeas corpus*.
 - (C) ação indenizatória.
 - (D) ação civil pública.
 - (E) mandado de injunção.



13. Em demandas judiciais brasileiras, a *reserva do possível* é alegada pela Administração Pública como uma limitação para a efetivação de direitos fundamentais de ordem social. Este conceito, todavia, é interpretado, na atual jurisprudência do STF com o seguinte sentido:
- (A) A efetivação de direitos sociais está condicionada ao rol de direitos fundamentais de natureza prestacional que uma determinada Constituição positiva em dado momento histórico; assim, pretensões sociais que não estão previstas no texto constitucional não podem ser judicialmente cobradas do Estado.
- (B) Normas constitucionais que preveem direitos sociais dependem de complementação legislativa para produzir efeitos e, pelo fato de o Poder Judiciário não estar legitimado a obrigar o Poder Legislativo a elaborar a norma, resta à Administração Pública implementar políticas sociais no limite da disponibilidade normativa já positivada.
- (C) Em Estados que adotam o federalismo, como é o caso do Brasil, as políticas públicas na área social dependem de ações promovidas pela União em conjunto com as demais unidades federadas; assim, se não houver a participação de um determinado Estado-Membro ou Município na execução da política pública, a demanda por direitos sociais não será plenamente atendida.
- (D) Apesar de muitos direitos sociais estarem positivados na Constituição, a falta de recursos orçamentários para a prestação de políticas públicas nesta área é uma barreira intransponível que impede a efetivação das normas constitucionais.
- (E) A falta de recursos orçamentários para a execução de direitos sociais previstos no texto constitucional é um óbice, mas não pode ser um limite que nulifique o atendimento dessa demanda, já que as normas constitucionais consubstanciam direitos exigíveis e não simplesmente promessas dependentes do alvêrio do administrador.
14. Em relação às limitações ao poder de tributar, é correto afirmar que
- (A) a majoração de uma alíquota tributária deve estar expressamente prevista em lei, todavia a própria Constituição prevê casos em que este princípio pode ser excepcionado.
- (B) é vedado às unidades federadas instituir tratamento desigual entre contribuintes que estejam em situação equivalente, salvo em razão de ocupação profissional.
- (C) um tributo não pode ser cobrado no mesmo exercício financeiro no qual tenha sido publicada a lei que o instituiu ou majorou, exceto no caso de medida provisória editada pelo Presidente da República.
- (D) as unidades federadas estão impedidas de instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, com exceção daqueles relacionados à propriedade de imóveis cedidos.
- (E) um tributo não pode ser utilizado com efeito de confisco, exceto em situações de calamidade pública e de guerra declarada.
15. O sistema de seguridade social, conforme disposto na Constituição,
- (A) estabelece que as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social não integram o orçamento da União.
- (B) compreende um conjunto integrado de ações destinadas a assegurar direitos relativos à saúde, educação, previdência e à assistência social.
- (C) é administrado de forma centralizada pela União a fim de garantir a universalidade da cobertura e do atendimento.
- (D) possui discriminação orçamentária específica dentro do orçamento fiscal referente aos Poderes da União.
- (E) isenta de contribuição para a seguridade social as fundações públicas e as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.
- Direito Administrativo**
16. O poder normativo conferido à Administração Pública compreende a
- (A) edição de decretos autônomos para criação e extinção de órgãos públicos, na medida em que são redução de seu poder de auto-organização.
- (B) edição de atos normativos de competência exclusiva do Chefe do Executivo, tais como, decretos regulamentares, resoluções, portarias, deliberações e instruções.
- (C) promulgação de atos normativos originários e derivados, sendo os primeiros os regulamentos executivos e os segundos, os regulamentos autônomos.
- (D) promulgação de atos legislativos de efeitos concretos, desde que se refiram a objeto passível de ser disposto por meio de decreto regulamentar.
- (E) edição de decretos autônomos, restringindo-se estes às hipóteses decorrentes de exercício de competência própria, outorgada diretamente pela Constituição.
17. Uma autoridade pública determinou a realização de procedimento de licitação sob a modalidade de concorrência para hipótese em que a lei de licitações estabelecia a modalidade de convite. Em razão de exoneração a pedido, a autoridade pública foi substituída. Ao tomar conhecimento do procedimento instaurado, a nova autoridade pública entendeu que a licitação sob a modalidade escolhida, de procedimento mais longo, caracterizava ofensa ao princípio da eficiência. Nessa situação, a autoridade pública
- (A) deverá anular o procedimento, em razão da violação ao princípio constitucional da eficiência.
- (B) deverá revogar o procedimento, em razão do vício de ilegalidade, determinando a abertura de leilão.
- (C) poderá, em razão da fungibilidade de procedimentos, transformar o procedimento de concorrência em leilão.
- (D) poderá revogar o procedimento, por critérios de conveniência e oportunidade, se constatado fato superveniente que motive o ato para preservação do interesse público.
- (E) deverá manter o procedimento, pois embora haja vício de ilegalidade, haveria sensível alongamento da conclusão do certame.



18. Considerando que o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia constatou vício de ilegalidade na celebração de contrato entre o Poder Público e empresa privada, cabe, nos termos do que dispõe a Constituição Estadual, à Corte de Contas,
- (A) a apresentação de medida judicial para sustação do contrato, sem prejuízo da instauração de processo administrativo para aplicação de penalidades aos responsáveis.
- (B) caso não sanadas as ilegalidades pelo Poder Público responsável pela contratação, a comunicação à Assembleia Legislativa, à qual compete a sustação de contrato celebrado irregularmente.
- (C) a representação ao Ministério Público junto a Corte de Contas para abertura de inquérito civil contra os envolvidos, bem como para exame de representação para anulação do contrato por meio judicial.
- (D) a representação ao Colegiado do Tribunal de Contas para que esse determine a instauração de dissídio judicial de conciliação, caso sejam sanáveis as ilegalidades verificadas.
- (E) a sustação do ato ilegal e, após, instauração de procedimento administrativo para análise de viabilidade de aditamento ao contrato para que sejam sanadas as ilegalidades verificadas.
19. Determinado Estado pretende adquirir um hospital privado em funcionamento, integrante de um grupo empresarial que atua no setor, uma vez que foi constatada demanda para atendimento público na região, cuja urgência não se mostrava compatível com a construção de uma nova unidade. Obteve recursos somente para essa finalidade. Para que a aquisição dessa unidade se dê de forma a restringir da menor maneira possível o atendimento, o Estado poderá
- (A) desapropriar o terreno e as construções existentes, cabendo apenas licitar a aquisição dos bens móveis, que não podem ser abrangidos pela declaração de utilidade pública.
- (B) declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, apenas o terreno, vez que tanto as construções quanto os bens móveis são considerados acessórios para essa finalidade, ficando tacitamente abrangidos.
- (C) declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, terreno, construções e todos os demais bens e direitos destinados à manutenção e funcionamento das atividades hospitalares.
- (D) desapropriar os bens imóveis onde funciona a unidade hospitalar e requisitar administrativamente os bens móveis que guarnecem o local até que se consiga finalizar o procedimento de compra dos referidos bens.
- (E) desapropriar o capital social da empresa proprietária do hospital, o que ensejará sucessão em todas as atividades e contratações do grupo, bem como na titularidade de todos os bens imóveis.
20. Dentre as características inerentes ao regime jurídico aplicável aos bens públicos pode-se afirmar que
- (A) a inalienabilidade aplica-se aos bens de uso comum do povo e aos bens de uso especial enquanto conservarem essa qualificação, passando a condição de alienáveis com a desafetação.
- (B) a inalienabilidade é absoluta, na medida em que a alienação de todo e qualquer bem público pressupõe sua prévia desafetação e ingresso no regime jurídico de direito privado.
- (C) a impenhorabilidade é absoluta, aplicando-se indistintamente a todos os bens de titularidade da Administração Direta e Indireta.
- (D) a imprescritibilidade é relativa, na medida em que os bens dominicais da Administração Direta podem ser objeto de usucapião.
- (E) tanto a impenhorabilidade quanto a imprescritibilidade são relativas em relação a Administração Direta, uma vez que aplicáveis apenas e tão somente aos bens de uso comum do povo e bens de uso especial.
21. O Estado responde objetivamente pelos danos causados a terceiros por seus agentes. Isto significa
- (A) afirmar que responde sempre que verificada a ocorrência de danos, prescindindo da demonstração de nexo causal ou de culpa do servidor.
- (B) dizer que se considera presumida a culpa do agente público envolvido, passível de demonstração, no entanto, da ocorrência de pelo menos uma das excludentes de responsabilidade, como culpa exclusiva da vítima.
- (C) dizer que mesmo nos casos de excludentes de responsabilidade o Estado responde integralmente pelos danos materiais potenciais.
- (D) afirmar que a responsabilização do Estado não depende da demonstração da conduta culposa ou de nexo causal, mesmo em casos de ato lícito.
- (E) dizer que o Estado responde sempre e por qualquer ato de seu agente, sejam atos comissivos lícitos ou ilícitos.
22. Determinado servidor público apresentou requerimento administrativo para que lhe fossem atribuídas, por analogia, vantagens inerentes a cargo distinto do seu. O pedido foi indeferido pela autoridade competente. Em relação ao direito de recorrer previsto na Lei Complementar nº 68, de 09 de dezembro de 1992, pode ser
- (A) ilegal a interposição direta de recurso administrativo para a mesma autoridade competente, sendo necessária prévia apresentação de pedido de reconsideração.
- (B) ilegal a apresentação de recurso contra decisão que indeferiu pedido de reconsideração, uma vez que se deve optar por um dos meios de recorrer.
- (C) legal a apresentação de recursos sucessivos à mesma autoridade, independentemente de serem apresentados fundamentos jurídicos novos ou supervenientes.
- (D) legal a apresentação de recurso à autoridade superior à que tenha produzido a decisão desfavorável ao servidor e, assim sucessivamente, observada a escala hierárquica ascendente.
- (E) legal a interposição de pedido de reconsideração, seguido de um recurso administrativo no caso de indeferimento, vedada apresentação de recurso contra a nova decisão, ainda que proferida por autoridade distinta.



23. A Secretaria de Transportes do Estado necessita ampliar sua malha metro-ferroviária, porém não possui recursos orçamentários suficientes para arcar com os investimentos necessários. Diante de tal cenário e com base na legislação aplicável, poderá
- (A) contratar a construção da infraestrutura, fornecimento dos trens e operação do serviço de transporte público, mediante contrato de concessão patrocinada, pagando ao parceiro privado contraprestação pecuniária correspondente ao complemento da tarifa cobrada do usuário.
 - (B) contratar, sob a modalidade empreitada integral, a construção da infraestrutura e a aquisição dos trens e, como forma de remuneração ao contratado, pagar contraprestação pecuniária correspondente ao volume de passageiros transportado.
 - (C) contratar a construção da infraestrutura na forma disciplinada na Lei nº 8.666/93, e o fornecimento dos trens mediante contrato de parceria público-privada, na modalidade concessão administrativa, sendo o concessionário remunerado mediante a cobrança da tarifa do usuário.
 - (D) contratar a construção da infraestrutura, mediante um contrato de obra regido pela Lei nº 8.666/93, colocando como exigência, na licitação, a obtenção de financiamento pelo contratado.
 - (E) contratar a construção da infraestrutura e o fornecimento dos trens, mediante contrato de concessão administrativa, remunerando o parceiro privado somente após o início da operação do serviço de transporte de passageiros, mediante complemento da tarifa cobrada do usuário.
24. Determinada sociedade de economia mista, que possui ações negociadas junto ao mercado de capitais, necessita contratar serviços de auditoria para exame de seu balanço de acordo com as regras internacionais de contabilidade, de forma que possa obter registro para negociação de suas ações no mercado externo. Considerando a legislação aplicável,
- (A) poderá, por se tratar de empresa de capital aberto, sujeita à normatização da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, contratar, independentemente de procedimento licitatório, auditoria independente certificada pela CVM.
 - (B) poderá contratar a empresa de auditoria, independentemente de procedimento licitatório, tendo em vista tratar-se de serviços técnicos especializados, bastando a comprovação da notória especialização.
 - (C) deverá instaurar procedimento licitatório para seleção da empresa de auditoria, exceto se comprovada a inviabilidade de competição que configure inexigibilidade de licitação.
 - (D) deverá instaurar procedimento licitatório, na modalidade concorrência, tendo em vista a complexidade do objeto, ou, caso comprovada a inexistência de ao menos 3 (três) empresas especializadas, poderá contratar diretamente, eis que configurada hipótese de inexigibilidade de competição.
 - (E) poderá dispensar a licitação, se comprovada a notória especialização da contratada e a compatibilidade com preços de mercado, ainda que viável a competição.
25. Determinado órgão público instaurou procedimento licitatório para contratação de obras de reforma de seu edifício sede. A empresa contratada iniciou a reforma, porém, em face de problemas financeiros supervenientes, paralisou os serviços. Diante dessa situação, a Administração
- (A) está obrigada a penalizar a contratada, rescindir o contrato e, posteriormente, instaurar novo procedimento licitatório para contratação da continuidade da reforma, nas mesmas condições do contrato anterior.
 - (B) poderá, após a rescisão do contrato, contratar, com dispensa de licitação, o segundo colocado no procedimento licitatório relativo ao contrato rescindido, desde que aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor.
 - (C) poderá contratar outra empresa, independentemente de procedimento licitatório, apenas se comprovar situação de emergência, caracterizada pelo risco de higidez do imóvel, independentemente da comprovação da compatibilidade do valor contratado com os preços de mercado.
 - (D) poderá, após a rescisão do contrato e desde que executado ao menos 50% do objeto, contratar, com dispensa de licitação, licitante que tenha participado do certame relativo ao contrato rescindido, observada a ordem de classificação da referida licitação.
 - (E) poderá, após a rescisão do contrato e independentemente da parcela dos serviços que tenha sido executada, contratar, com dispensa de licitação, licitante que tenha participado do certame relativo ao contrato rescindido, pelo valor da oferta por este apresentada naquele certame, observada a ordem de classificação da referida licitação.
26. As sanções aplicáveis aos atos de improbidade administrativa
- (A) restringem-se a sanções de natureza pecuniária, como multa, indisponibilidade de bens e perda de bens e valores adquiridos em razão do ato de improbidade.
 - (B) restringem-se a sanções de natureza política: inelegibilidade e perda dos direitos políticos, sem prejuízo da ação civil e penal cabíveis.
 - (C) podem ter natureza civil, administrativa e penal, dependendo da natureza e gravidade do ato, não contemplando, contudo, a perda da função pública, que deve ser objeto de processo administrativo específico.
 - (D) restringem-se a sanções de natureza administrativa e penal, prevendo, inclusive, penas privativas de liberdade, sem prejuízo da ação civil cabível para ressarcimento dos danos causados à Administração.
 - (E) podem impor a suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.



27. O procedimento licitatório para alienação de bens da Administração é
- dispensado para alienação de bens móveis, exigindo-se, contudo, prévia avaliação para fixação do valor da venda.
 - dispensado para alienação de bens móveis inseríveis, desde que o valor do lote total não supere R\$ 80.000,00.
 - dispensável para imóveis adquiridos em procedimento judicial ou por dação em pagamento, desde que em valor inferior a R\$ 80.000,00.
 - exigível para alienação de imóveis, na modalidade concorrência, podendo ser adotada a modalidade leilão para imóveis adquiridos em procedimento judicial ou por dação em pagamento.
 - exigível, como regra, para bens móveis e imóveis, podendo ser dispensado, por ato motivado da autoridade, quando comprovado que o preço de alienação está de acordo com o valor de mercado do bem.
28. Encampação e caducidade constituem, ambas, hipóteses legais de extinção antecipada do contrato de concessão de serviço público. Diferem, porém, em seus pressupostos e consequências, sendo correto afirmar que
- ambas dependem de autorização legislativa, porém apenas a encampação assegura ao concessionário a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados.
 - a encampação constitui prerrogativa do poder concedente, enquanto a caducidade pode ser declarada tanto pelo poder concedente, como pelo concessionário, na hipótese de descumprimento de obrigações contratuais pela outra parte.
 - apenas a encampação pressupõe autorização legislativa específica, enquanto a caducidade pode ser declarada pelo poder concedente em caso de descumprimento total ou parcial do contrato.
 - apenas a caducidade depende de autorização legislativa específica, porém ambas exigem a prévia indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, descontando-se, no caso de encampação, o valor das multas aplicadas.
 - a caducidade pode ser declarada em função do interesse público na retomada do serviço, enquanto a encampação pressupõe o descumprimento, pelo concessionário, de obrigação contratual.
29. As entidades integrantes da Administração Pública
- sujeitam-se ao regime jurídico de direito público, independentemente de integrarem a Administração direta ou indireta.
 - sujeitam-se, todas, aos princípios fixados na Constituição Federal, porém apenas os entes políticos são constituídos sob a forma de pessoas jurídicas de direito público.
 - sujeitam-se ao regime jurídico publicístico, exceto as empresas estatais, que são regidas, exclusivamente, pelo direito privado.
 - possuem, todas, as mesmas prerrogativas da Fazenda Pública, especialmente no que diz respeito à imunidade tributária e impenhorabilidade de seus bens.
 - sujeitam-se, quando empresas estatais, ao regime jurídico de direito privado, não obstante seus bens, se afetados a serviço público, possam estar protegidos pelo regime jurídico de direito público.
30. Em relação às restrições do Estado sobre a propriedade privada é correto afirmar:
- A servidão administrativa impõe um ônus real ao imóvel, que fica em estado de sujeição à utilidade pública.
 - Nas limitações administrativas impõe-se um dever de suportar, enquanto na servidão administrativa impõe-se um dever de não fazer.
 - Nas limitações administrativas grava-se concreta e especificamente um bem determinado, gerando indenização correspondente ao sacrifício.
 - A servidão administrativa impõe ônus de natureza pessoal ao imóvel gravado, de forma que a transferência do domínio exige renovação do gravame.
 - Nas limitações administrativas impõe-se ônus de natureza real a todos os imóveis abrangidos pela descrição do ato normativo correspondente.
- Controle Externo da Administração Pública**
31. Nos dez primeiros anos após a criação de um novo Estado, o Tribunal de Contas terá
- sete membros, nomeados pelo Presidente da República.
 - sete membros, nomeados pelo Governador eleito.
 - três membros, nomeados pelo Presidente da República.
 - três membros, nomeados pelo Governador eleito.
 - sete membros, nomeados pelo Governador provisório indicado pelo Presidente da República.
32. Estão sujeitas à emissão de parecer prévio por parte do Tribunal de Contas as contas apresentadas anualmente pelos
- Presidentes das Câmaras Municipais.
 - responsáveis por quaisquer bens e valores públicos.
 - dirigentes das Fundações Municipais.
 - dirigentes das Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas.
 - Prefeitos Municipais.
33. O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia autuou processo para julgamento de nomeação de um Secretário Municipal de Saúde, em comissão. Em razão de irregularidades constatadas, essa nomeação foi julgada irregular e não registrada. Nos termos da Constituição Federal, a decisão tomada pelo Tribunal de Contas foi
- incorreta. A legalidade dos atos de nomeação para cargo de provimento em comissão não estão sujeitas a registro.
 - incorreta. Apesar da possibilidade de apreciação para fins de registro das nomeações para cargos em comissão, o caso está afeto à discricionariedade do administrador público.
 - correta. A Constituição Federal estabelece que estão sujeitos à apreciação para fins de registro a legalidade dos atos de admissão, a qualquer título.
 - incorreta. Apesar da possibilidade de apreciação para fins de registro das nomeações para cargos em comissão, o caso está afeto à conveniência e oportunidade do administrador público.
 - correta. A Constituição Federal estabelece que é pertinente ao controle externo a verificação do atendimento ao princípio da legalidade.
34. A decisão do Tribunal, da qual resulte imputação de débito ou cominação de multa, torna a dívida
- solidária.
 - líquida e certa.
 - não parcelável.
 - homologável.
 - judicial.



35. Sem prévio aviso, o responsável por uma Sociedade de Economia Mista instituída e mantida pelo poder público de um município do Estado de Rondônia recebeu uma equipe de fiscalização do Tribunal de Contas. A Assessoria Jurídica da sociedade não permitiu a realização da inspeção. A decisão tomada foi
- (A) correta, uma vez que, além de não ter havido notificação, o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia só tem competência para fiscalizar órgãos que realizem a escrituração de seus atos segundo os princípios e regras da contabilidade pública.
- (B) incorreta, uma vez que compete ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, inclusive por iniciativa própria, a fiscalização das Sociedades de Economia Mista instituídas e mantidas pelo poder público dos municípios do Estado.
- (C) correta. Apesar do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia ser competente para fiscalizar as Sociedades de Economia Mista, deveria ter havido notificação, uma vez que o servidor público goza de fé pública.
- (D) correta. Apesar do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia ser competente para fiscalizar as Sociedades de Economia Mista, sua atuação deve ser provocada, não havendo previsão legal para inspeções por iniciativa própria.
- (E) incorreta, uma vez que compete ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia a fiscalização das Sociedades de Economia Mista instituídas e mantidas pelo poder público dos municípios do Estado. Entretanto, como não houve notificação prévia, não caberá aplicação de multa por eventual sonegação de documento.

36. Uma entidade assistencial, sem fins lucrativos e declarada de utilidade pública, recebeu recursos da Prefeitura Municipal a título de subvenção. Durante a inspeção do Tribunal de Contas foi verificada a ausência da prestação de contas por parte da entidade. Questionado, o dirigente da entidade alegou que não estava obrigado por lei a entregar qualquer documento ao Tribunal de Contas. A conduta do dirigente foi
- (A) correta, uma vez que o Tribunal de Contas não tem competência para exigir documentos de entidade privada sem fins lucrativos.
- (B) incorreta, mas o Tribunal de Contas não poderá estabelecer um prazo para a entrega da prestação de contas por ser a entidade privada e prestadora de serviços assistenciais.
- (C) correta, uma vez que a entidade foi declarada de utilidade pública e seus dirigentes e funcionários passaram a gozar de fé pública.
- (D) incorreta, mas não cabe ao Tribunal de Contas contestar a aplicação da subvenção por ser a entidade sem fins lucrativos e assistencial.
- (E) incorreta, uma vez que a entidade passou a administrar recursos públicos e o Tribunal de Contas tem competência para analisar a aplicação de subvenções.

Atenção: As questões de números 37 a 39 referem-se à Lei de Responsabilidade Fiscal.

37. São partes integrantes da lei de diretrizes orçamentárias os anexos de
- (A) Metas Fiscais e de Desempenho dos Servidores.
- (B) Compatibilidade Orçamentária e de Resultado Operacional.
- (C) Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.
- (D) Desempenho dos Servidores e de Riscos Fiscais.
- (E) Resultado Operacional e de Riscos Fiscais.

38. O Executivo Municipal de Margarida apresentou percentual de gastos com pessoal de 51,4% considerando o acumulado entre janeiro e dezembro de 2009, tomando o mês de dezembro como referência. Nesse mesmo mês foram contratados um professor pela Secretaria da Educação e um engenheiro pela Secretaria de Obras. Ambas as vacâncias foram motivadas por aposentadorias. Nesse caso,
- (A) a contratação do professor e a do engenheiro foram realizadas de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que o Executivo não ultrapassou seu teto legal para o percentual de gastos com pessoal sobre a receita corrente líquida, que é de 54%.
- (B) a contratação do professor foi ilegal, uma vez que o percentual de gastos com pessoal sobre a receita corrente líquida ultrapassou o patamar de 95% do teto do Executivo Municipal, fator que veda contratações e a vacância por aposentadoria para a área da educação não é exceção legal.
- (C) a contratação do engenheiro foi legal. Apesar do percentual de gastos com pessoal sobre a receita corrente líquida ter ultrapassado o patamar de 95% do teto do Executivo Municipal, a vacância por aposentadoria é exceção legal para a contratação de servidores da área técnica.
- (D) a contratação do professor foi legal. Apesar do percentual de gastos com pessoal sobre a receita corrente líquida ter ultrapassado o patamar de 95% do teto do Executivo Municipal, a vacância por aposentadoria é exceção legal para a contratação de servidores da área da educação.
- (E) a contratação do professor e do engenheiro foram ilegais, uma vez que o percentual de gastos com pessoal sobre a receita corrente líquida ultrapassou o patamar de 95% do teto do Executivo Municipal, fator que veda contratações e não há exceções previstas em lei.

39. Considere a seguinte tabela:

PODER EXECUTIVO DE MARGARIDA			
PERÍODO	EXERCÍCIO	RECEITA AR-RECADADA(*)	GASTOS COM PESSOAL
ACUMULADO DE JANEIRO A DEZEMBRO	2008	3.000.000,00	1.500.000,00
DEZEMBRO	2008	500.000,00	200.000,00
ACUMULADO DE JANEIRO A DEZEMBRO	2009	5.000.000,00	3.000.000,00
DEZEMBRO	2009	1.000.000,00	400.000,00

- (*) Receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras também correntes, já realizadas as deduções previstas na LRF e excluídas as duplicidades.

Comparando-se os exercícios de 2008 e 2009, tomando como referência os respectivos meses de dezembro, é correto afirmar que o percentual de gastos com pessoal sobre a receita corrente líquida do Poder Executivo do Município de Margarida

- (A) aumentou de 50% para 60%.
- (B) manteve-se inalterado.
- (C) ficou 100% maior.
- (D) diminuiu de 60% para 50%.
- (E) ficou 50% menor.



Atenção: As questões de números 40 a 44 devem ser respondidas considerando-se a Lei Complementar nº 154/96.

40. O Conselheiro Relator de um processo verificou que uma das partes não havia sido citada. Diante desse fato, antes de sua pronúncia sobre o mérito das contas, decidiu sobrestar o julgamento. Tal decisão é

- (A) definitiva.
- (B) terminativa.
- (C) preliminar.
- (D) preliminar e terminativa.
- (E) terminativa e definitiva.

41. Supondo que faltando vinte dias para o término do seu mandato, o Conselheiro Corregedor do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia se aposente compulsoriamente pelo fato de ter completado setenta anos de idade, é correto afirmar que

- (A) poderá haver nova eleição, uma vez que a vaga decorreu de aposentadoria compulsória, e será somente para o período que resta do mandato.
- (B) poderá haver nova eleição, uma vez que a vaga decorreu de aposentadoria compulsória, cabendo ao Presidente do Tribunal de Contas definir se é somente para o período restante do mandato ou se englobará também o período seguinte.
- (C) poderá haver nova eleição, uma vez que a vaga decorreu de aposentadoria compulsória, e será para o período restante do mandato e englobará também o período seguinte.
- (D) não poderá haver nova eleição, mesmo que seja caso de aposentadoria compulsória, uma vez que a vaga ocorreu dentro dos sessenta dias anteriores ao término do mandato.
- (E) não poderá haver nova eleição, uma vez que a vaga decorreu de aposentadoria compulsória.

42. Resposta à consulta formulada ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de sua competência, tem caráter normativo e

- (A) constitui prejulgamento da tese, bem como do fato ou caso concreto.
- (B) não constitui prejulgamento da tese nem do fato ou caso concreto.
- (C) constitui prejulgamento do fato ou caso concreto, mas não da tese.
- (D) não constitui prejulgamento da tese, mas condiciona a decisão daquele fato ou caso concreto.
- (E) constitui prejulgamento da tese, mas não do fato ou caso concreto.

43. Compete ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia

- (A) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, exceto das Empresas Públicas dependentes.
- (B) julgar as contas dos administradores dos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, desde que localizados na circunscrição territorial do Estado de Rondônia.
- (C) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de pensões das entidades de previdência dos Municípios do Estado de Rondônia, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterarem o fundamento legal do ato concessório.
- (D) aplicar aos responsáveis multa de até R\$ 30.000,00 por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.
- (E) expedir atos e instruções normativas sobre as matérias de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, estando a obrigatoriedade do seu cumprimento condicionada ao princípio da anterioridade nonagesimal.

44. A concessão de férias e a proposta de fixação de vencimentos dos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas compete

- (A) ao Tribunal de Contas do Estado.
- (B) ao Governador.
- (C) à Assembleia Legislativa.
- (D) ao Colegiado do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
- (E) ao Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

45. Nos termos da Lei Complementar nº 307 do Estado de Rondônia, o Conselheiro Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia perceberá, a título de

- (A) ajuda de custo, o mesmo percentual recebido pelo Conselheiro Corregedor, não incorporável para qualquer efeito ao vencimento.
- (B) representação, o mesmo percentual recebido pelo Conselheiro Vice-Presidente, incorporável para qualquer efeito ao vencimento.
- (C) representação, o mesmo percentual recebido pelo Conselheiro Corregedor, incorporável para qualquer efeito ao vencimento.
- (D) ajuda de custo, o mesmo percentual recebido pelo Conselheiro Vice-Presidente, não incorporável para qualquer efeito ao vencimento.
- (E) representação, o mesmo percentual recebido pelo Conselheiro Corregedor, não incorporável para qualquer efeito ao vencimento.

**Direito Financeiro**

46. Se, ao final de um quadrimestre, a dívida consolidada de um ente federado ultrapassar o respectivo limite, deverá ela ser reconduzida
- (A) até o término dos três quadrimestres subsequentes, com redução de pelo menos um quarto no primeiro.
 - (B) nos dois quadrimestres seguintes, com redução de pelo menos um terço no primeiro.
 - (C) até o término do exercício financeiro, com redução de pelo menos metade no primeiro bimestre.
 - (D) até noventa dias para redução de um terço e mais noventa dias para redução do restante.
 - (E) até o término do semestre seguinte ao da constatação, com redução de pelo menos um terço no primeiro bimestre.
47. A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê como sanção administrativa a suspensão das transferências
- (A) constitucionais, no caso de não publicação de relatório de gestão fiscal.
 - (B) voluntárias, no caso do Estado não encaminhar suas contas ao Poder Executivo da União até trinta e um de maio, para fins de consolidação por este das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior.
 - (C) constitucionais, no caso do Chefe do Executivo, nos dois últimos trimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele.
 - (D) voluntárias, no caso de aumento de despesa com pessoal que não atenda às exigências previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal para este fim.
 - (E) voluntárias, caso o ente federado deixe de efetuar os pagamentos dos precatórios incluídos até 30 de junho do exercício anterior na lei orçamentária anual.
48. Os Tribunais de Contas também têm que prestar contas. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o parecer sobre as contas do Tribunal de Contas da União deverá ser emitido
- (A) pelo Congresso Nacional.
 - (B) pelo Pleno do Tribunal de Contas.
 - (C) pelo Chefe do Executivo.
 - (D) por comissão mista permanente de Deputados e Senadores.
 - (E) pelas Mesas da Câmara e do Senado.
49. A repartição dos limites globais com despesa com pessoal pelos Estados NÃO poderá exceder, respectivamente,
- (A) 2,5% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas; 6% para o Judiciário; 40,9% para o Executivo e 0,6% para o Ministério Público.
 - (B) 6% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas; 4% para o Judiciário; 49,3% para o Executivo e 0,7% para o Ministério Público.
 - (C) 3% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas; 6% para o Judiciário; 49% para o Executivo e 2% para o Ministério Público.
 - (D) 4% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas; 5% para o Judiciário; 48% para o Executivo e 3% para o Ministério Público.
 - (E) 3,5% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas; 5% para o Judiciário; 48,5% para o Executivo e 3% para o Ministério Público.
50. A redução de alíquotas, dentro dos limites legais, por ato do Chefe do Poder Executivo, em relação ao IPI, IOF e impostos de importação e exportação,
- (A) deve vir acompanhada de medidas de compensação.
 - (B) só pode ser feita no exercício seguinte àquele em que foi editado o ato do Chefe do Executivo, para que haja previsão orçamentária.
 - (C) caracteriza renúncia de receita, por implicar em redução discriminada de tributos.
 - (D) pressupõe que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetará as metas de resultados fiscais.
 - (E) não se submete às regras exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal para que se aperfeiçoe a renúncia de receita.
51. A despesa obrigatória de caráter continuado conceitua-se legalmente como despesa
- (A) de custeio derivada de lei que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a um exercício financeiro.
 - (B) corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
 - (C) com pessoal e despesa com seguridade social.
 - (D) de capital derivada de lei que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a um mandato do chefe do Executivo, devendo vir prevista, necessariamente, no plano plurianual.
 - (E) com pessoal, material, serviços, obras e outros meios de que se serve a administração pública para consecução de seu fim.



<p>52. Analise as afirmações a seguir:</p> <p>I. O princípio da unidade expressa que a lei orçamentária deve ser uma peça só e o texto constitucional o consagra ao dispor que a lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social.</p> <p>II. O princípio da não afetação de receita de tributos a órgão, fundo ou despesa vem consagrado constitucionalmente, mas não de forma absoluta, na medida em que admite exceções, como a destinação de recursos para as ações e serviços de saúde.</p> <p>III. O princípio da exclusividade não mais vige na atual ordem constitucional, na medida em que a lei orçamentária pode conter outras matérias estranhas à previsão de receita e à fixação da despesa, como é o caso da previsão de autorização para abertura de crédito suplementar.</p> <p>Está correto SOMENTE o que se afirma em</p> <p>(A) I. (B) II. (C) III. (D) I e II. (E) II e III.</p>	<p>55. A concessão de garantia em operações de crédito</p> <p>(A) depende sempre de limites e condições estabelecidos pelo Senado Federal, ainda que no caso dos Estados e Distrito Federal.</p> <p>(B) quando em valor igual ou superior ao valor da operação de crédito dispensa a prestação de contragarantia.</p> <p>(C) está condicionada ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser prestada, além de outros requisitos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.</p> <p>(D) pelas instituições financeiras estatais também submete-se às regras para garantia previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal para os entes.</p> <p>(E) não admite o condicionamento de transferências constitucionais ao ressarcimento do pagamento de dívida, quando a União e os Estados estiverem honrando dívida de outro ente, em razão de garantia prestada.</p>
<p>53. A despesa que surge no curso da execução de uma obra pública em que se verifica a necessidade da aquisição de um imóvel e a espécie de crédito adicional que deverá ser aberto para este fim denominam-se, respectivamente,</p> <p>(A) inversão financeira e crédito extraordinário. (B) despesa de custeio e crédito suplementar. (C) transferência corrente e crédito especial. (D) transferência de capital e crédito extraordinário. (E) investimento e crédito especial.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Civil</p> <p>56. Em relação à aplicação da lei no tempo, é correto afirmar:</p> <p>(A) Salvo disposição em contrário, a vigência da lei inicia-se a partir de sua publicação oficial.</p> <p>(B) Salvo disposição em contrário, a vigência da lei inicia-se no país quarenta e cinco dias depois de publicada oficialmente.</p> <p>(C) Exceto disposição contrária, a lei revogada restaura-se ao ter a lei revogadora perdido a vigência.</p> <p>(D) A vigência da lei começa a partir da sanção presidencial, ou da promulgação da Medida Provisória.</p> <p>(E) Lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, poderá eventualmente revogar ou alterar a lei anterior.</p>
<p>54. Se houver veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, os recursos que ficarem sem despesas correspondentes</p> <p>(A) poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.</p> <p>(B) poderão ser utilizados na forma de créditos extraordinários, bastando que o mesmo se faça mediante medida provisória.</p> <p>(C) somente poderão ser utilizados se tiverem previsão na lei de diretrizes orçamentárias e se basearão em suas disposições.</p> <p>(D) não poderão ser utilizados, devendo ser depositados em conta especial do Tesouro Nacional para utilização com base em lei orçamentária para o exercício financeiro seguinte.</p> <p>(E) não poderão ser utilizados, salvo mediante transposição, remanejamento ou transferência de recursos, sempre com base naquilo que estiver previsto na lei de diretrizes orçamentárias, o que dispensa autorização legislativa específica.</p>	<p>57. A morte presumida</p> <p>(A) não existe no ordenamento jurídico pátrio.</p> <p>(B) existe em nosso ordenamento, sempre na dependência da decretação da ausência.</p> <p>(C) existe para aquele que foi feito prisioneiro ou tenha desaparecido em campanha, independentemente da decretação de ausência, não tendo sido encontrado até um ano após o término da guerra.</p> <p>(D) pode ser declarada, sem decretação de ausência, se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida, após esgotadas as buscas e averiguações e fixando a sentença a data provável do falecimento.</p> <p>(E) ocorre nos casos em que se admite a declaração da ausência e contados três anos do desaparecimento de quem tenha oitenta anos.</p> <p>58. No que se refere às pessoas jurídicas, é correto afirmar que</p> <p>(A) em caso de dissolução, ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua.</p> <p>(B) por não se confundirem com as pessoas físicas, possuem patrimônio próprio a responder pelas dívidas contraídas, em nenhuma hipótese atingindo-se o patrimônio pessoal dos sócios.</p> <p>(C) possuem o mesmo rol de direitos da personalidade das pessoas naturais.</p> <p>(D) por serem uma ficção legal, não possuem direitos da personalidade.</p> <p>(E) podem sofrer danos morais, já que possuem honra subjetiva.</p>



<p>59. O negócio jurídico</p> <p>(A) é, como regra geral, formal, salvo se a lei dispuser de modo contrário.</p> <p>(B) benéfico, bem como a renúncia, interpretam-se ampliativamente.</p> <p>(C) deve ser interpretado em conformidade com a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.</p> <p>(D) é invalidado pela impossibilidade inicial do objeto em qualquer hipótese.</p> <p>(E) relativo à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis exige sempre escritura pública para sua validade e eficácia.</p>	<p>63. É correto afirmar:</p> <p>(A) Se houver termo, a mora se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial.</p> <p>(B) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde que notificado pelo credor de sua conduta.</p> <p>(C) Havendo fato ou omissão imputável ao devedor, não incorre este em mora.</p> <p>(D) O devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, em qualquer hipótese, mesmo que sobrevindo caso fortuito ou de força maior.</p> <p>(E) Purga-se a mora por parte do credor, oferecendo-se este a receber o pagamento e sujeitando-se aos efeitos da mora até a mesma data.</p>
<p>60. Assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Pretensão e exceção prescrevem em prazos desvinculados.</p> <p>(B) Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.</p> <p>(C) Os prazos prescricionais podem ser objeto de transação entre as partes.</p> <p>(D) A interrupção da prescrição, por uma única vez, dar-se-á por despacho do juiz, salvo se incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.</p> <p>(E) A decadência pode ser reconhecida de ofício, enquanto a prescrição depende da iniciativa da parte para ser judicialmente declarada.</p>	<p>64. As perdas e danos</p> <p>(A) nas obrigações de pagamento em dinheiro, serão pagas atualizadas monetariamente, com juros, custas e honorários advocatícios, prejudicada a pena convencional.</p> <p>(B) mesmo que resultantes de dolo do devedor, só incluem os prejuízos efetivos e os lucros cessantes por efeito direto e imediato da inexecução.</p> <p>(C) dizem respeito apenas aos prejuízos materiais e morais, causados por ato doloso do ofensor.</p> <p>(D) abrangem os lucros cessantes, que se caracterizam pelo que o credor efetivamente perdeu, diminuindo seu patrimônio.</p> <p>(E) abrangem, na inexecução dolosa, inclusive os prejuízos eventuais, remotos ou potenciais.</p>
<p>61. Para o Código Civil, o sistema da responsabilidade civil</p> <p>(A) depende da prova da culpa, como regra geral, excepcionalmente admitindo a responsabilidade objetiva pelo risco atividade.</p> <p>(B) depende, como regra geral, da prova da ação ou omissão voluntária, nexa causal e dano, somente.</p> <p>(C) exclui o abuso do direito como ato ilícito objetivo.</p> <p>(D) implica a ausência total da responsabilidade dos incapazes, respondendo por eles seus representantes legais.</p> <p>(E) importa a responsabilidade subjetiva dos empresários individuais e das empresas pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.</p>	<p>65. Para que se caracterize a resolução por onerosidade excessiva prevista no Código Civil é preciso que</p> <p>(A) a prestação de uma das partes se torne excessivamente onerosa, somente.</p> <p>(B) a prestação de uma das partes se torne excessivamente onerosa, os contratos de execução continuada ou diferida, com extrema vantagem para a outra parte, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis.</p> <p>(C) o contrato, de execução continuada ou diferida, gere extrema onerosidade para uma das partes, independente do que ocorra com a outra parte contratante.</p> <p>(D) o contrato, de execução imediata, continuada ou diferida, gere excessiva onerosidade para uma das partes e extrema vantagem para a outra, em face de acontecimentos previsíveis ou não.</p> <p>(E) o contrato, de execução continuada ou diferida, gere onerosidade excessiva para uma das partes e extrema vantagem para a outra, em face de acontecimentos ordinários mas imprevisíveis.</p>
<p>62. Assinale a alternativa INCORRETA.</p> <p>(A) O ordenamento pátrio admite a concorrência de culpas na esfera cível.</p> <p>(B) A indenização mede-se pela extensão do dano, podendo o juiz reduzi-la equitativamente se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.</p> <p>(C) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança, extinguindo-se a última com a morte do lesante.</p> <p>(D) São cumuláveis as indenizações material e moral.</p> <p>(E) O dano estético tem sido admitido autonomamente ao dano moral, dizendo respeito às lesões à integridade física da vítima.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p> <p>66. A garantia do juiz natural</p> <p>(A) permite a criação de tribunal para julgar determinado caso.</p> <p>(B) confere aos tribunais, indiscriminadamente, o poder de avocação de processos.</p> <p>(C) possibilita a derrogação e a disponibilidade das competências.</p> <p>(D) inviabiliza a edição de regras de competência determinada por prerrogativa de função.</p> <p>(E) admite a pré-constituição, por lei, de critérios objetivos de determinação da competência.</p>



<p>67. Considere as seguintes proposições:</p> <p>I. A litispendência pode ser parcial nos processos cumulativos, e determina a extinção de todo o processo, com todos pedidos cumulados.</p> <p>II. A conexão nas causas individuais não determina a reunião dos processos se tramitam em juízos de competência material distinta.</p> <p>III. A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado.</p> <p>IV. A exceção de incompetência relativa é meio idôneo para discutir a ocorrência de conexão de ações.</p> <p>V. Na continência, os pedidos das causas pendentes são diversos e um não engloba o outro.</p> <p>Estão corretas as proposições</p> <p>(A) I e II. (B) I e V. (C) II e III. (D) II e IV. (E) III e IV.</p>	<p>71. A teoria da relativização da coisa julgada propõe a revisão da carga imperativa da coisa julgada se esta afronta princípios como</p> <p>(A) do juiz natural, do contraditório, da unidade da jurisdição, da legalidade e da inevitabilidade.</p> <p>(B) do juiz natural, da inevitabilidade, da investidura, da legalidade e do contraditório.</p> <p>(C) da legalidade, da moralidade, da razoabilidade e da proporcionalidade.</p> <p>(D) da investidura, da inevitabilidade, da unidade, da territorialidade e da razoabilidade.</p> <p>(E) do juiz natural, do contraditório, da inevitabilidade, da unidade e da proporcionalidade.</p>
<p>68. Considere as seguintes proposições:</p> <p>I. A preclusão é a perda de uma situação jurídica ativa processual.</p> <p>II. A preclusão é fundamental para delimitar as regras que compõem o formalismo processual.</p> <p>III. Quando a parte aceita tacitamente a decisão, há preclusão consumativa para recorrer.</p> <p>IV. A prescrição cuida da extinção de direitos potestativos em razão da inércia.</p> <p>V. A decadência refere-se à perda de faculdades e poderes processuais durante o processo.</p> <p>Estão corretas as proposições</p> <p>(A) I e II. (B) II e III. (C) III e IV. (D) II e IV. (E) I e V.</p>	<p>72. O patrono do réu juntou aos autos procuração com poder para receber a citação inicial e fez carga dos autos para apresentar defesa. O réu foi reputado revel porque não foi apresentada a contestação. Desse momento em diante, o réu</p> <p>(A) não deverá ser intimado dos atos processuais ulteriores.</p> <p>(B) poderá apresentar objeção de incompetência absoluta e pedir a nulidade dos atos decisórios.</p> <p>(C) poderá oferecer exceção de incompetência relativa a pedir a remessa do processo para outra Comarca.</p> <p>(D) não poderá alegar prescrição com prejuízo para o seu credor legítimo.</p> <p>(E) poderá oferecer denúncia da lide, reconvenção e ação declaratória incidental.</p>
<p>69. Em tema de intervenção de terceiros, é correto afirmar que são modalidades interventivas que provocam uma ampliação do objeto litigioso do processo,</p> <p>(A) o chamamento ao processo e a nomeação à autoria. (B) a denúncia da lide e a assistência. (C) a oposição e a denúncia da lide. (D) a assistência e a nomeação à autoria. (E) o chamamento ao processo e a assistência.</p>	<p>73. Se o proprietário do imóvel promove ação de despejo, alegando que o locatário cometeu infração contratual grave, consistente em danificar o prédio alugado e o pedido é julgado procedente, por ter-se o juiz convencido da danificação do prédio pelo locatário, a decisão sobre</p> <p>(A) a danificação do prédio fica revestida da autoridade da coisa julgada material apenas dentro dos limites subjetivos da coisa julgada.</p> <p>(B) a danificação do prédio fica revestida da autoridade da coisa julgada material apenas dentro dos limites objetivos da coisa julgada.</p> <p>(C) o pedido e a determinação de despejo ficam revestidos da autoridade da coisa julgada material dentro dos limites subjetivos da coisa julgada.</p> <p>(D) o pedido e a determinação de despejo ficam revestidos da autoridade da coisa julgada material dentro dos limites objetivos da coisa julgada.</p> <p>(E) a danificação do prédio fica revestida da autoridade da coisa julgada material dentro dos limites subjetivos e objetivos da coisa julgada.</p>
<p>70. Segundo a terminologia adotada pelo Código de Processo Civil, se no curso de uma ação reivindicatória o réu adquire a propriedade do imóvel reivindicado,</p> <p>(A) o processo extingue-se sem resolução de mérito por confusão. (B) o processo extingue-se sem resolução de mérito por perempção. (C) o processo extingue-se sem resolução de mérito por ilegitimidade de parte ativa. (D) o processo extingue-se sem resolução de mérito por falta de possibilidade jurídica do pedido. (E) haverá resolução de mérito, julgando-se o pedido improcedente.</p>	



74. As tutelas antecipadas e cautelares distinguem-se, em regra, por serem ou não

- (A) provisórias.
- (B) urgentes.
- (C) sumárias.
- (D) temporárias.
- (E) satisfativas.

75. Se, na decisão, o magistrado, sem analisar o pedido deduzido, delibera sobre pedido não formulado, a decisão será

- (A) válida.
- (B) ultra petita.
- (C) extra petita.
- (D) citra petita.
- (E) condicional.

76. É extintiva do direito de recorrer a

- (A) aceitação da decisão.
- (B) ausência do depósito de multa processual de pagamento imediato.
- (C) renúncia ao direito sobre que se funda ação.
- (D) desistência do recurso.
- (E) desistência do pedido.

77. O acórdão do Tribunal de Contas, do qual resulte imputação de débito a administradores públicos tem, no processo civil, eficácia de

- (A) título executivo judicial, de natureza condenatória.
- (B) título executivo judicial, de natureza declaratória.
- (C) título executivo judicial, de natureza constitutiva.
- (D) título executivo extrajudicial.
- (E) decisão administrativa, sem configurar título executivo.

78. Nas ações relativas a imóveis situados no Brasil, em que for autor Estado estrangeiro e o foro de eleição os Estados Unidos, a competência será

- (A) do Brasil ou do Estado estrangeiro.
- (B) exclusiva do Estado estrangeiro.
- (C) dos Estados Unidos.
- (D) relativa.
- (E) exclusiva do Brasil.

79. O prazo para resposta do Estado estrangeiro em ação que tramita pelo rito comum sumário é computado

- (A) de forma simples.
- (B) em dobro.
- (C) em triplo.
- (D) em quádruplo.
- (E) em sêxtuplo.

80. A e B são credores de C. O crédito de A se funda no título executivo extrajudicial X e o crédito de B se funda no título executivo extrajudicial Y. Nesse caso, no pólo ativo, da execução, entre os credores,

- (A) pode ser formado litisconsórcio necessário simples.
- (B) pode ser formado litisconsórcio necessário unitário.
- (C) pode ser formado litisconsórcio facultativo simples.
- (D) pode ser formado litisconsórcio facultativo unitário.
- (E) não pode ser formado litisconsórcio.

Direito Penal

81. No tocante à aplicação da lei penal,

- (A) a lei brasileira adotou a teoria da ubiquidade quanto ao lugar do crime.
- (B) a lei penal mais grave não se aplica ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência, segundo entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal.
- (C) a lei brasileira adotou a teoria do resultado quanto ao tempo do crime.
- (D) o dia do fim inclui-se no cômputo do prazo, contando-se os meses e anos pelo calendário comum, desprezados os dias.
- (E) compete ao juízo da causa a aplicação da lei mais benigna, ainda que transitada em julgado a sentença condenatória, segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça.

82. O crime é

- (A) plurissubsistente quando o comportamento criminoso não pode ser cindido.
- (B) próprio quando o tipo indica como autor pessoa especialmente caracterizada, não admitindo a coautoria ou a participação de terceiros.
- (C) omissivo próprio quando resulta do não fazer e depende de resultado naturalístico para a consumação.
- (D) formal quando de consumação antecipada, independentemente de ocorrer ou não o resultado desejado pelo agente.
- (E) permanente quando a consumação se dá no momento em que a conduta é praticada.

83. Em matéria de concurso de pessoas,

- (A) todos os concorrentes respondem pelo mesmo crime, independentemente da culpabilidade de cada qual, pois adotada em nossa legislação a teoria monista.
- (B) o concurso é necessário quando o crime é plurissubjetivo.
- (C) a participação de menor importância constitui circunstância atenuante.
- (D) a coautoria prescinde da execução de comportamento que a lei define como crime.
- (E) é desnecessário vínculo subjetivo ou psicológico entre os concorrentes.

84. A licitude da conduta

- (A) não exclui o crime, interferindo tão-somente na pena.
- (B) não pode ser admitida em razão de causa de justificação não prevista em lei.
- (C) não repercute na esfera cível, se reconhecida no juízo criminal.
- (D) afasta a culpabilidade da ação típica praticada pelo agente.
- (E) não exclui a possibilidade de punição pelo excesso doloso ou culposos.



<p>85. No dolo eventual,</p> <p>(A) o agente, conscientemente, admite e aceita o risco de produzir o resultado.</p> <p>(B) a vontade do agente visa a um ou outro resultado.</p> <p>(C) o sujeito prevê o resultado, mas espera que este não aconteça.</p> <p>(D) o sujeito não prevê o resultado, embora este seja previsível.</p> <p>(E) o agente quer determinado resultado.</p>	<p style="text-align: center;">Geografia e História Regionais</p> <p>91. <i>Em 1750, redefiniu as fronteiras entre as Américas Portuguesa e Espanhola, anulando o estabelecido no Tratado de Tordesilhas: Portugal garantia o controle da maior parte da Bacia Amazônica, enquanto a Espanha controlava a maior parte da Bacia do Prata. Neste Tratado, o princípio do usucapião (uti possidetis), que quer dizer que a terra pertence a quem a ocupa, foi levado em consideração pela primeira vez.</i></p> <p style="text-align: right;">(http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/povoamento/index.html)</p> <p>Trata-se do Tratado de</p> <p>(A) Santo Ildefonso.</p> <p>(B) Badajós.</p> <p>(C) Madri.</p> <p>(D) Utrecht.</p> <p>(E) Lisboa.</p>
<p>86. A prescrição é interrompida</p> <p>(A) pelo oferecimento da denúncia.</p> <p>(B) pela sentença absolutória imprópria.</p> <p>(C) pela reincidência, se corresponder à prescrição da pretensão punitiva.</p> <p>(D) pela sentença concessiva de perdão judicial.</p> <p>(E) pelo acórdão condenatório recorrível.</p>	
<p>87. Segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, se o agente, para obter vantagem ilícita em prejuízo alheio, falsifica documento público, responderá por</p> <p>(A) estelionato.</p> <p>(B) estelionato e falsificação de documento público, em concurso material.</p> <p>(C) falsificação de documento público.</p> <p>(D) estelionato e falsificação de documento público, em concurso formal.</p> <p>(E) estelionato e falsificação de documento público, em continuidade delitiva.</p>	<p>92. O processo de conquista e povoamento do espaço geográfico atualmente ocupado pelo Estado de Rondônia</p> <p>(A) ocorreu promovendo a fuga ou extermínio de inúmeras etnias que originalmente eram ocupantes primitivos da região.</p> <p>(B) caracterizou-se pela rápida expansão de atividades agropecuárias que enriqueceram portugueses e espanhóis.</p> <p>(C) foi diferenciado em relação a outras áreas do país porque não contou com a presença de bandeirantes e de missionários.</p> <p>(D) esteve atrelado à introdução de escravos africanos para a exploração dos recursos naturais amazônicos.</p> <p>(E) teve início no final do Segundo Império, através de grupos de militares cujo objetivo era defender as fronteiras brasileiras.</p>
<p>88. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário público, tipifica o delito de</p> <p>(A) condescendência criminosa.</p> <p>(B) tráfico de influência.</p> <p>(C) advocacia administrativa.</p> <p>(D) exploração de prestígio.</p> <p>(E) patrocínio infiel.</p>	
<p>89. A reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade no caso de</p> <p>(A) peculato-apropriação.</p> <p>(B) peculato-desvio.</p> <p>(C) peculato-furto.</p> <p>(D) peculato culposo.</p> <p>(E) peculato-estelionato.</p>	<p>93. Considere as seguintes afirmações sobre Porto Velho:</p> <p>I. É o maior município do Estado de Rondônia, tanto em extensão territorial quanto em população.</p> <p>II. É uma das mais antigas cidades da região Norte, e sua fundação está relacionada às missões jesuíticas do século XVII.</p> <p>III. Era município do Estado do Amazonas e se transformou em capital do território do Guaporé por volta de 1907, durante a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.</p> <p>IV. A cidade nasceu e cresceu das instalações ferroviárias da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, através da exploração de borracha e posteriormente de cassiterita e de ouro.</p> <p>Está correto SOMENTE o que se afirma em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>90. Inserir ou fazer inserir em documento contábil ou em qualquer outro documento relacionado com as obrigações da empresa perante a previdência social declaração falsa ou diversa da que deveria ter constado, tipifica delito</p> <p>(A) contra a ordem tributária.</p> <p>(B) contra a fé pública.</p> <p>(C) praticado por particular contra a administração em geral.</p> <p>(D) contra a administração da justiça.</p> <p>(E) contra as finanças públicas.</p>	

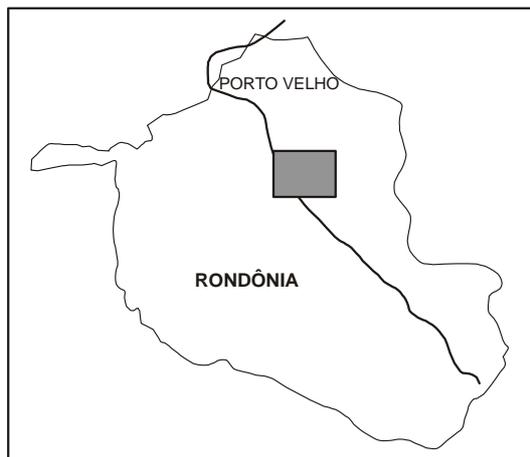


94. Antes da construção da BR-364, só se atingia Porto Velho de trem pela Estrada de Ferro Madeira-Mamoré a partir de Guajará-Mirim, de balsa a partir de Manaus ou de avião. O transporte rodoviário era inexistente. Em fevereiro de 1960, decidiu-se construir a BR-364 ligando Cuiabá a Porto Velho e Rio Branco, interligando a região ao restante do país.

Essa decisão foi tomada pelo Presidente

- (A) Eurico Gaspar Dutra.
- (B) Getúlio Vargas.
- (C) Jânio Quadros.
- (D) Juscelino Kubitschek.
- (E) Castelo Branco.

95. Analise o mapa para responder à questão.



(Maria Elena Simielli. **Geoatlas**. São Paulo: Ática, 2006. p.129, adaptado)

A área destacada no mapa refere-se à região de

- (A) Ji-Paraná, considerada a maior reserva de extrativismo sustentável da Amazônia.
- (B) Vilhena, que apresenta a mais elevada renda *per capita* do estado.
- (C) Cacoal, que se destaca pela presença de inúmeras agroindústrias.
- (D) Pimenta Bueno, onde se situa uma das maiores reservas de diamantes do Brasil.
- (E) Ariquemes, importante área de extração de casiterita do Brasil.

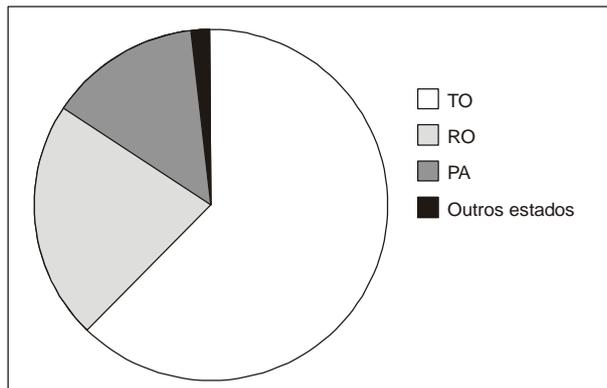
96. Essa iniciativa foi executada durante os anos 80, com recursos do Governo brasileiro e do Banco Mundial. Abrangeu a área de influência da rodovia BR-364, entre Cuiabá (MT) e Porto Velho (RO), e teve, entre outros objetivos, contribuir para a maior integração nacional e aumentar a produção da região bem como a renda de sua população, reduzindo as disparidades de desenvolvimento intra e inter-regionais.

O texto refere-se

- (A) à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).
- (B) ao Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste).
- (C) ao Instituto de Terras de Rondônia (Iteron).
- (D) à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).
- (E) ao Programa de Desenvolvimento Integrado de Rondônia (Prodir).

97. Analise o gráfico para responder à questão.

Região Norte: Estados produtores de "X" (2008)



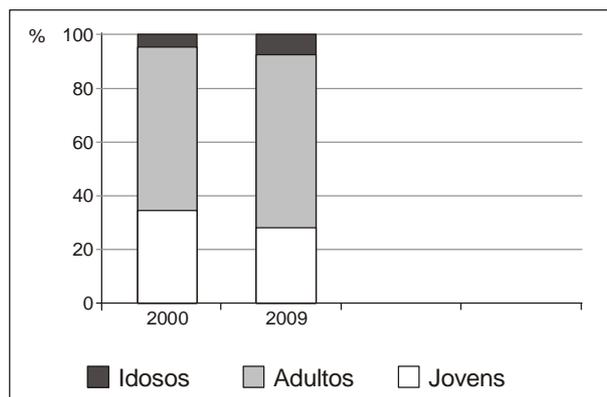
(IBGE)

O produto "X" é

- (A) soja.
- (B) cacau.
- (C) café.
- (D) arroz.
- (E) milho.

98. Analise o gráfico e as afirmações a seguir.

Rondônia: Composição etária da população (2008)



(2000 http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/analise_populacao/1940_2000/tabela05.pdf. 2009. <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ro>)

- I. A evolução da população jovem está relacionada à taxa de fecundidade: se esta diminui, diminui também o grupo de jovens.
- II. O grupo de adultos foi majoritário na década em questão, o que pressiona o Estado para expandir ou transformar a infraestrutura voltada para os serviços públicos em geral.
- III. O grupo de população idosa tem aumentado devido, entre outros fatores, à expansão do crédito para compras e a ampliação de vagas de empregos para indivíduos com idade acima de 65 anos.

Está correto SOMENTE o que se afirma em

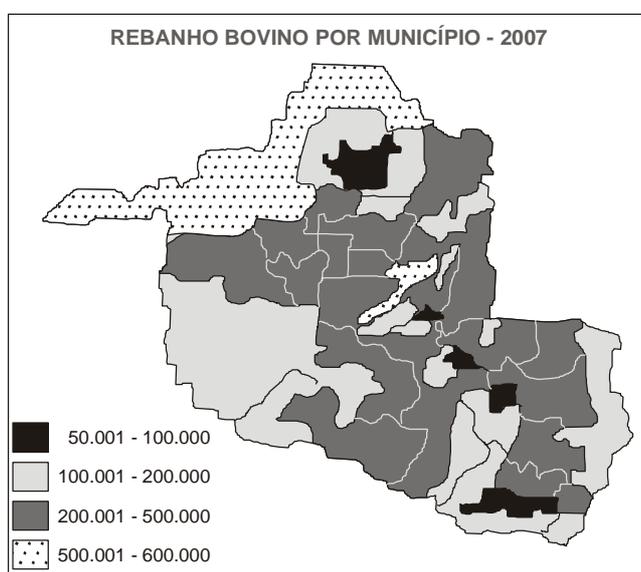
- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.



99. Sobre as condições climáticas de Rondônia é correto afirmar que predominam

- (A) temperaturas entre 22° e 25°C e precipitações fortemente concentradas nos meses de junho a setembro.
- (B) temperaturas médias anuais entre 24° a 26°C, mas nos meses de junho a agosto estas podem diminuir devido ao avanço de frentes polares.
- (C) índices pluviométricos anuais entre 1.000 e 1.500 mm fortemente concentrados entre os meses de março a julho.
- (D) temperaturas médias mensais inferiores a 23°C e duas estações distintas: uma chuvosa e outra seca.
- (E) volumes de chuvas superiores a 2.500 mm anuais e grandes amplitudes térmicas entre os meses de verão e inverno.

100. Analise o seguinte mapa do Estado de Rondônia:



(http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forum_bnb2010/docs/causas.pdf)

A leitura do mapa e os conhecimentos sobre o uso do solo em Rondônia permitem afirmar que

- (A) a expansão da pecuária no estado foi efetivada dentro de padrões considerados modernos, pois não provocou desmatamento.
- (B) os maiores rebanhos de bovinos do estado apresentam elevado nível técnico e são utilizados para produção de leite.
- (C) a criação de gado bovino tem se expandido no sentido leste-oeste, o que garante o escoamento da carne e derivados pela BR-364.
- (D) a pecuária é uma das principais atividades econômicas do estado; o município de Porto Velho encontra-se na área de maior concentração de bovinos do estado.
- (E) as regiões de Vilhena e Guajará-Mirim apresentam as maiores concentrações de bovinos; ali têm crescido o desmatamento e a erosão dos solos.